



CONHECER PARA PREVINIR: A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Warllon de souza barcellos¹

Vera lúcia marques da silva²

RESUMO: Trata-se de um relato decorrente de uma experiência ao ser realizada uma pesquisa no CAPS de Miracema, município da região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro-Brasil, que objetivava conhecer o perfil dos usuários de CRACK. Tendo como modelo as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento ao CRACK, foi analisado de que forma as políticas públicas de atendimento aos usuários de CRACK deste município tem enfrentado a recuperação destes, buscado a priorização do mesmo em sociabilidades ampliadas e desenvolvido ações para prevenção e combate ao tráfico de tal droga. Foi uma pesquisa qualitativa, com o viés de estudo de caso, de natureza empírico-analítica, baseada em dados de ocorrências encontrados nos prontuários de tais usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Miracema. Os dados encontrados apontam para a necessidade de uma abordagem mais ampla sobre esta temática em espaços públicos educacionais, principalmente nos que se encontram a população mais vulnerável, como os dos discentes da EJA (Educação Jovens e Adultos), objetivando o desenvolvimento de ações de prevenção ao consumo das drogas e o conhecimento da Política Sobre drogas no Brasil.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Consumo de drogas; Política Nacional de enfrentamento ao crack. .

INTRODUÇÃO

Ao relatar a experiência da realização desta pesquisa, que objetivou analisar de que forma as políticas sociais de atendimento aos usuários de CRACK no município de Miracema – RJ tem enfrentado a recuperação destes, a busca pela priorização do mesmo em sociabilidades ampliadas, bem como as ações que estão sendo desenvolvidas para prevenção e combate ao tráfico de tal droga, cujos dados apontam fenômenos que mostram as diversas

¹ Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais, Assistente Social, Mestrando em Políticas Sociais pela UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense.

² Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Pós Doutora em Saúde Coletiva pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

vulnerabilidades dos jovens dos municípios do interior, acreditamos que possamos estar contribuindo para abordar este tema de forma mais eficaz junto aos jovens e adultos.

Foi uma pesquisa de cunho empírico analítico, de natureza qualitativa, com a utilização da metodologia de triangulação, norteadas pelos autores: (LIMA, 2008), (RODRIGUES, 2008), (FIOCRUZ, 2014), (BOURGOIS, 2003), (BERINGH, 2010), (BAUMAN, 2005).

A REALIDADE DOS JOVENS NO EJA

A presença de adolescentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental é preocupante: quase 20% dos matriculados têm de 15 a 17 anos. O número de alunos dessa faixa etária na modalidade não tem sofrido grandes variações nos últimos anos, apesar da queda no total de matrículas (28,6%). Dados da Ação Educativa, com base nos Censos Escolares, indicam que, em 2004, eram 558 mil estudantes e, em 2010, 565 mil. O cenário tem chamado a atenção dos especialistas da área, provocando diversos questionamentos, um dos quais é o ‘por que esses adolescentes estão frequentando esta modalidade, em vez de estar na Educação Básica regular’? Neste questionamento, em especial, vários são os motivos apontados. Alguns deles extrapolam os muros da escola, enquanto outros têm a ver diretamente com a qualidade da Educação, ou seja, envolvem o Ministério da Educação (MEC), Secretarias Municipais e Estaduais, gestores e, é claro, os professores que lecionam nesta modalidade.

Muitos estudantes enfrentam problemas como a pobreza extrema, o uso de drogas, a exploração juvenil e a violência. A instabilidade na vida deles não permite que tenham a Educação como prioridade, o que os leva a abandonar a escola diversas vezes. Quando voltam, anos depois, só resta a EJA. Por isso este trabalho vem abordando a importância de fazer uma discussão mais ampla com os discentes do EJA sobre as Políticas Sobre drogas e, em especial, a atual política do Governo, a Política de Enfrentamento ao crack. A justificativa é que esta tem sido a droga mais consumida nas populações com as vulnerabilidades apresentadas anteriormente.

Uma questão que foi avaliada na pesquisa e que poderá nortear a educação dos jovens é se a Política sobre drogas tem apresentado a oportunidade de proporcionar a redução, o controle e até mesmo a recuperação dos usuários, considerando que é necessário que se promovam ações adequadas à realidade e ao contexto, para que o usuário possa ser visto como um indivíduo que necessita de auxílio e tratamento adequado por meio do acesso aos

programas de atenção básica, assim como na construção de uma política de saúde voltada para este público.

Estudos (FIOCRUZ, 2011 e 2014) mostram que há dificuldades no desenvolvimento de estratégias eficientes de enfrentamento à droga e no tratamento dos indivíduos que desenvolvem dependência da mesma, tornando-se relevante, portanto e ainda, a realização de mais pesquisas avaliativas, sob a ótica de estudo de caso, das estratégias e políticas públicas de atenção aos usuários de crack nos diversos municípios brasileiros.

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK

No Brasil, a Política Nacional sobre Drogas se orienta pelo princípio da responsabilidade compartilhada, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos, no sentido de ampliar a consciência para a importância da integração social e da descentralização das ações sobre drogas no país.

De acordo com Lima (2008), o avanço da criminalidade associada ao tráfico de drogas e as complexas relações existentes entre situações de risco e consumo de drogas, principalmente o crack, tem imposto desafios cada vez maiores que exigem respostas eficazes do Governo e da sociedade. Para esse enfrentamento, é preciso convergir esforços de diferentes segmentos na construção de alternativas que extrapolem as ações repressivas e considerem os diversos componentes associados aos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas.

Observa-se na sociedade que, diante do contexto acentuado de vulnerabilidade social e das carências existentes no campo da educação, segurança pública e saúde da população menos favorecidas, e especialmente daquelas que vivem nas periferias das grandes cidades, em particular dos usuários de drogas ilícitas, faz-se necessário uma política de Estado que seja capaz de agregar a atenção a todas estas deficiências existentes, que certamente seria um importante elemento para a resolução da problemática.

Baseado neste propósito foi criado o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Assim, este Plano foi criado em um contexto de nossa sociedade de completo pânico social relacionado ao uso crescente de crack e da grande fragilidade estrutural existente, haja vista a existência da carência de ações comunitárias em conjunto com os usuários de drogas. Esse Plano tem como alvo desenvolver um conjunto integrado de ações de

prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, em como enfrentar o tráfico em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e Sociedade Civil, visando à redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população.

No ano de 2011 o Governo Federal lançou o Programa intitulado “CRACK é possível vencer”, que buscou prevenir o uso e promover atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas. Este Programa objetivou aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e as organizações criminosas e promover ações de Educação, informação e capacitação (BRASIL, 2013). Desse modo, existe a possibilidade de fazer diferentes combinações dos serviços e equipamentos disponíveis, vislumbrando construir uma rede que atenda às dimensões e necessidades dos usuários de crack.

Assim sendo, algumas questões têm se colocado, sobretudo no que diz respeito à tensão existente em relação ao papel do Estado. Com a ascensão e afirmação das políticas de ajuste neoliberal nos 80 e 90, a proposta do grande capital teve como vetores privilegiados a tendência à privatização e a formação do cidadão consumidor. As consequências deste posicionamento se relacionam com a redução da atuação do Estado e a ampliação do mercado (MOTA, 2008). O contexto apresentado se complementa, no dizer de Soares (2009), com o fato das políticas de ajuste neoliberal no Brasil terem evidenciado os efeitos da pobreza no país. Assim, a política social passa a ter um caráter residual ou assistencial, com o incentivo governamental às iniciativas do chamado terceiro setor que obteve grande crescimento da década de 1990 em diante.

Contudo, diante do crescente aumento do uso de substâncias psicoativas e dos grandes custos sociais decorrentes desse aumento, o Estado tem sido chamado a responder a essa expressão da questão social com políticas públicas direcionadas ao público alvo. Assim, com o considerável aumento do consumo de drogas (entre as quais o crack), o Estado tem adotado medidas mais eficazes ao encarar esse aumento como um problema social. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 10% da população dos centros urbanos de todo o mundo consomem de forma abusiva substâncias psicoativas, independente do grau de escolaridade, sexo, idade e classe social (Brasil, 2004a). Como afirma Andrade (2011), esse é um problema de saúde pública e social na contemporaneidade.

A Política Nacional vem adotando uma postura em favor da redução de danos por entender que a abstinência não pode ser o único objetivo a ser alcançado. Além disso, quando

se trata de seres humanos, temos que necessariamente lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas. As práticas de saúde em qualquer nível de ocorrência devem levar em conta esta diversidade e precisam acolher sem julgamentos cada situação, cada usuário, o que é possível e o que é necessário, o que está sendo demandado, e o que pode ser ofertado, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento.

Pautado neste contexto Vinadé (2009), nos diz que:

Pensar a Redução de Danos é pensar práticas em saúde que considerem a singularidade dos sujeitos, que valorizem sua autonomia e que tracem planos de ação que priorizem sua qualidade de vida (VINADÉ, 2009, p.64).

A abordagem da redução de danos sugere oferecer um caminho promissor, porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como um objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. A redução de danos surge como uma alternativa e, portanto, não exclui outras abordagens.

Considerando especificamente o Estado do Rio de Janeiro, no qual está o município de Miracema, que será o nosso estudo de caso, o consumo de crack na cidade do Rio de Janeiro tem feito parte da realidade dos usuários de drogas cariocas nos últimos anos. Através de um levantamento realizado pelo Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro - CEAD, o número de usuários dependentes que procuraram auxílio nos programas de recuperação que a estrutura do próprio conselho ofereceu em 2001 foi de 01 (um) usuário, passando para o número de 183 em 2004, e 262 em 2005, havendo um aumento de 43,1% no universo de apenas um ano (ASFORA, 2006). Assim, de acordo com Asfora (2006), os dados do Núcleo de Prevenção as Drogas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - PMRJ (2011), de 2005 a 2008, apontam um aumento de 400% nos atendimentos voltados a usuários de crack neste período. A razão deste aumento tem uma relação direta com as relações sociais e econômicas, como bem explicitado por Cruz Netto (2001).

O mercado de drogas e de violência no Rio de Janeiro não são problemas externos ao conjunto das relações sociais e econômicas que aqui se processam, fazem parte delas. É nesse ambiente proscrito que se amplia e se torna relevante a participação dos jovens em conflito com a lei e sob medida socioeducativa. Esse mercado é para eles uma possibilidade imediata e imediatista de consumo, de status, de relacionamentos múltiplos, de poder e de repressão de sua rebeldia e de sua ainda indecisa confusa e frágil identidade social (CRUZ NETTO, 2001. p. 17).

Cabe considerar que o mercado de drogas não é uma invenção passageira, ou seja, exige-se a busca de estratégias pra o seu enfrentamento, partindo da premissa de que os seres humanos sempre buscaram por substâncias que alterem seu estado de consciência e percepção. Mas, esta premissa tem englobado um fenômeno ligado às condições socioeconômicas, o que torna o mercado das drogas uma opção para aqueles que procuram condições de sustentar-se, legitimando o tráfico de drogas na sociedade brasileira.

De acordo com Marcelo Cruz, coordenador do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PROJAD) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, o consumo de CRACK tem aumentado nas outras diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, o que tem levado a esforços no sentido de aperfeiçoar os serviços de assistência e prevenção, assim como a capacitação dos profissionais para saber lidar com esta demanda, que tem crescido absurdamente (FIGLIE, 2010).

São muitos os problemas relacionados ao consumo do crack, principalmente sobre a saúde, o sistema social e psicológico de seus usuários. Por isso, faz-se necessário a construção de políticas públicas adequadas e pautadas na ótica da construção de serviços de saúde especializados no tema, assim como a garantia de um processo de reintegração social destes usuários. A Política Pública centrada exclusivamente na internação não se relaciona com o universo dos usuários de crack e por isso os processos terapêuticos ficam incompletos. São necessárias que sejam desenvolvidas ações de atenção integral com assistência médica, psicológica e social, que possibilitem a reintegração social deste usuário.

Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações voltadas para um processo de humanização do usuário de crack, como forma de sensibilizar os gestores públicos e a população que ainda se mantém assustada com o crescimento do consumo desta droga. Através de um processo direcionado para a criação de políticas de humanização do usuário de crack acredita-se que se tornará possível a construção de ações pertinentes às necessidades do usuário e de enfrentamento ao crack. As condições de vida das pessoas socialmente excluídas, entre elas as que usam crack, são pouco conhecidas pelos profissionais de saúde. Por outro lado, a qualidade da assistência à saúde para pessoas que usam drogas depende muito da classe social a que pertencem.

As escolas são ambientes com múltiplas determinações. As influências do ambiente e as diversas interferências do processo educacional, nelas próprias e no seu entorno, trazem o

seu significado, as oportunidades criadas, os processos nelas vividos e as experiências ali realizadas. A forma como a escola usa o seu espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade são fatores importantes para uma boa formação do alunado. O desafio maior é, sem dúvida, a posição da escola diante dos acontecimentos do mundo atual. Tais desafios trazem as inquietudes humanas, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, levando-nos a avaliar os enfrentamentos que devemos fazer. A escola é, por princípio, local do conhecimento produzido e sociabilizado dialeticamente, sempre na busca de novas sínteses, construídas na e com a realidade. (ARCO-VERDE, 2009)

Inserir estas discussões no EJA é colocar a escola como um espaço de conhecer para prevenir o consumo de drogas principalmente pelos jovens. E mais. Cabe considerar que a Política Nacional sobre Drogas/2005 cita a educação como política integrante da sua ação de Prevenção nas seguintes palavras:

1.1.4 As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.

1.1.5 As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente, considerando as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2013).

Dessa forma, a escola se estabelece para o Estado como um espaço privilegiado para a condução de ações para a prevenção ao uso de drogas. Mais do que um problema individual, com todas as suas consequências e desdobramentos, o consumo de drogas é um problema social. Compreendemos que essa prevenção se dá pelo conhecimento e, neste sentido, a instituição escolar necessita do acesso a textos e matérias resultantes de pesquisas sérias e de um forte trabalho conscientizador e qualificada sobre o assunto para que, devidamente amparada, possa contribuir para a formação integral aos seus estudantes. E a EJA necessita de haver uma ampla discussão sobre as políticas sobre drogas, visto que muito dos jovens atendidos por tal modalidade de ensino ter seus vínculos familiares rompidos, e outras expressões da questão social, tornando-os, assim, mais vulneráveis ao envolvimento com as drogas.

É necessário que haja um novo desenho dos espaços de enfrentamento ao uso indevido de drogas, trazendo novas possibilidades de arranjos e soluções no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. É nesse contexto que a instituição Escola e seus representantes se inserem. Espera-se que inicialmente cada tomada de decisão que ocorra nos municípios provoque uma modificação no olhar dos atores. E um ponto de partida é a constituição de uma nova representação de problemas no âmbito da Educação. Os profissionais dessa área, não podem prescindir do conhecimento e aprofundamento da problemática abordada e de seus desdobramentos no espaço local, para elaborar uma visão crítica e apontar estratégias de enfrentamento, mais especificamente na instituição escolar, visto que é também nesse espaço escolar que demandas relacionadas às drogas surgem cotidianamente (seja através do uso indevido, do tráfico, das diversas formas de violência, etc). Os processos educacionais devem gerar e desenvolver mudanças no sentido da transformação social. E ainda serem capazes de desenvolver, implantar discursos e ações alternativas, contribuindo significativamente para a reversão do quadro apontado.

É certo que a resposta dependerá do modo de olhar de cada instituição/indivíduo/profissional/gestor para essa realidade, podendo ser um olhar impaciente, descrente ou ideológico, como se fosse a única saída que oportunizasse atender às demandas. Ou, ainda, um olhar de acompanhamento de sua existência concreta e das práticas por eles desencadeadas, em que pese toda uma projeção otimista para mudar essa configuração.

Entendemos que a prevenção do problema das drogas seja possível quando o ser humano é respeitado como tal, especialmente enquanto ainda estiver em fase de desenvolvimento, como é o caso da maioria do alunado. A educação deve ter como meta ajudar a criança a tornarem-se adultos livres, responsáveis, com iniciativa, que respeitem a si, e aos outros. Acreditamos, contudo, que para orientar outro ser humano nesse sentido também, o educador deverá estar, ele próprio, empenhado em alcançar essa meta. O verdadeiro educador aprende muito com as crianças e os jovens, pois sempre tem de estar atento às necessidades destes, sendo criativo para encontrar soluções apropriadas. Nisso reside parte de sua auto-educação. Antes de educar temos de aprender, e o processo educativo faz de cada parceiro alguém que aprende e que ensina. A vida social é uma troca constante, um contínuo dar e receber (SETZER, 1999).

A REALIDADE DOS JOVENS E DAS DROGAS EM MIRACEMA – RJ

Quando buscamos analisar esta problemática em microrregiões percebemos que esta realidade não tem sido diferente do todo. No Noroeste Fluminense especificamente, o município de Miracema ocupa o terceiro lugar na região no que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade. Em paralelo a esta constatação, foi realizada uma pesquisa responsável por um levantamento de dados no Centro de Atenção Psicossocial de Miracema – RJ (CAPS) que confirmou um grande aumento no índice de usuários de CRACK. Constatou-se também que tais usuários não têm obtido a oportunidade de serem contemplados pela Política Nacional sobre Drogas, bem como não estão alcançando possibilidade de recuperação.

Objetivando conhecer a realidade da drogadição no município e compreender de que forma as Políticas Públicas e Sociais tem sido utilizados por estes usuários, o primeiro passo realizada em nossa pesquisa foi um levantamento de dados no Centro de Atenção Psicossocial de Miracema – RJ (CAPS), que confirmou um grande aumento no índice de usuários de CRACK nos últimos anos.

Porém, para efeitos comparativos da pesquisa realizada, cabe citar o estudo recomendado pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao CRACK e outras Drogas, e realizado pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ em 2014, para delinear o perfil da população usuária de crack no país. Baseado neste estudo, a faixa etária dos usuários de crack é majoritariamente de adultos jovens – com idade média de 30 anos. Outro dado importante encontrado foi predomínio do sexo masculino, com 78,68% dos entrevistados. Em relação à raça/cor dos usuários, houve um predomínio de usuários “não brancos” nas cenas de uso, sendo apenas 20,85% dos usuários de cor branca. Sobre o grau de escolaridade destes usuários, observou-se a baixa frequência de usuários que cursaram/concluíram o ensino médio e a baixíssima proporção de usuários com Ensino Superior, evidenciando que a população pesquisada difere inteiramente daquela que é objeto dos inquéritos escolares (que apontam para a relevância de outros problemas, como o abuso de álcool, maconha, remédios, mas não de crack entre alunos do ensino médio e superior). Referente à moradia dos usuários, não se pode afirmar de forma simplista que os usuários de crack são uma população de rua, mas observam-se de forma expressiva usuários nesta situação, sendo aproximadamente 39,04% dos usuários em nosso país se encontravam nesta situação. Quando lhe perguntado sobre as formas de obtenção de dinheiro, relataram ser

a forma mais comum as referentes aos trabalhos esporádicos ou autônomos, correspondendo 67,57%.

O levantamento realizado no CAPS – Miracema/RJ mostra os dados a seguir, devendo-se ressaltar que este demonstrativo não representa o montante de usuários do município, haja vista que muitos não são referenciados no Serviço de Saúde Mental oferecido. Foi identificado nos prontuários do CAPS 445 usuários de Álcool e Outras Drogas, sendo que, destes, 327 fizeram uso de CRACK em algum momento de sua história de uso, o que representa 74%. Desta forma, diversas pessoas não procuram o tratamento, sendo que um dos motivos identificados é o preconceito ainda existente em relação a serem tratados por um Serviço de Saúde Mental e não especificamente para o tratamento de Drogas.

Devido ao fato do município não ter condições de ofertar um serviço específico para usuários de álcool e outras drogas, estes são referenciados para um Programa que também oferta serviços de Psiquiatria, o que gera uma não busca por tratamento, por acreditarem que tal local seja apenas para pessoas acometidas por doenças psiquiátricas. Cabe ressaltar que, de acordo com a Portaria nº 3.088, de 23 de Dezembro de 2011 que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), somente municípios com população igual ou superior a 70 mil habitantes podem pleitear um CAPS – AD I, não sendo esta a realidade de Miracema – RJ, que possui uma população de 26.829 habitantes.

O perfil destes 327 usuários do CRACK referenciados no Programa de Saúde Mental do Município de Miracema – RJ demonstra um público com características predominantemente masculinas, correspondente a 88%.

Constata-se, também, um crescente envolvimento feminino com o uso de tal droga, ocorrendo um crescimento significativo do público feminino de 2008 a 2014. As mulheres têm sido cada vez mais vítimas do tráfico e uso de drogas, sendo o principal motivo de encarceramento das mulheres na América Latina. De acordo com relatório de 2011 publicado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 90% das mulheres encarceradas são acusadas por tráficos de drogas no Estado de Roraima e em demais Estado tal realidade se caracteriza da mesma forma. Frequentemente recorrem ao tráfico e uso de drogas para superar algum momento de dificuldade que está passando, com frequência relacionado a sua própria saúde ou até mesmo de um filho. Outras se envolvem no tráfico por meio de ligações emocionais com homens, sendo amantes, pais ou até mesmo irmãos.

Em relação à idade destes usuários, constataram-se dados que contrariam as pesquisas atuais em torno da temática. Na pesquisa da FIOCRUZ (2014), a idade predominante é de 30 anos. Neste estudo presente, identificou-se 57% dos usuários na faixa etária compreendida entre 21 a 30 anos, 33% na faixa de 18 a 20 anos e apenas 20% na faixa de 31 a 40 anos. Considerando cor e raça, foi identificado predomínio da cor parda, ao contrário também das pesquisas recentes sobre o tema que apontam a cor negra. Evidenciou-se que 15% destes usuários são analfabetos. De acordo com dados do IBGE 2010, Miracema ocupa a 5ª posição no ranking dos municípios do Noroeste Fluminense em relação ao analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais, apresentando uma taxa 10,8% nesta situação.

Os dados demonstram um grande número de pessoas que buscam o atendimento para sua recuperação no que tange ao desenvolvimento da dependência química ocasionada pelo uso abusivo do crack, mas, também, constata-se que os resultados de recuperação efetiva estão sendo mínimos. Portanto, se faz necessário que sejam pensadas ações mais coesas e que vão de encontro à realidade do usuário, de uma forma mais completa, capaz assim de proporcionar a redução de danos sociais aos usuários. É necessário que o enfoque não seja apenas na droga, mas sim no indivíduo e o resgate de suas condições de saúde e sociais.

Por possuir múltiplos aspectos, o problema das drogas coloca para o governo a necessidade de uma ação multidisciplinar que alcance simultaneamente as várias dimensões relativas a essas questões. O que nos mostra que o processo de formulação e implementação das políticas sociais para atendimento a estes usuários não podem mais oscilar entre aquilo que deveria ser – o mais transparente possível, e corresponder, da melhor forma, às necessidades dos cidadãos que são os receptores finais da política – e aquilo que efetivamente tem sido. As mudanças ocorridas na política de enfrentamento ao uso indevido de drogas e as contradições presente no interior dessa política têm movido a todas as esferas da sociedade na reflexão, revisão e proposição de mudanças com a ampliação dos espaços de luta e confrontação dos múltiplos interesses inscritos no interior da temática “drogas”. O processo político dentro da Política Nacional de Políticas Públicas sobre drogas deve formar um ciclo, começando com uma avaliação sistemática dos problemas relacionados ao uso indevido de drogas, seguida pela prática de políticas de intervenções/preventivas /repressivas, e terminando com uma avaliação objetiva dos resultados alcançados.

CONCLUSÕES

O estudo em Miracema evidencia alguns fenômenos que configuram o uso de drogas, e em especial o uso de CRACK, como uma nova expressão da questão social. Um dos fenômenos é o processo de juvenização do uso das drogas, com o envolvimento cada vez maior dos jovens. Outro fenômeno é o da feminização, com a participação crescente das mulheres no uso do CRACK. A pauperização, com sua vertente de analfabetismo, é outro fenômeno importante. Por último, esta pesquisa revela o fenômeno da interiorização, no qual há que se formularem políticas específicas que não sejam obstaculizadas pelo número da população.

Diante das evidências aqui apresentadas, o incremento das políticas sociais sobre drogas deverá ter enfoque direcionado às demandas específicas de cada território para a questão emergente do crack, especialmente dos serviços de saúde e educação, principalmente para os jovens e em seu viés preventivo, convergindo e integrando esforços intersetoriais do Governo, em suas três esferas federativas e da sociedade e em uma perspectiva de responsabilidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. M. de. **Reflexões sobre políticas sobre drogas no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva. Vol. 16 nº 12. Rio de Janeiro 2011.

ARCO-VERDE, Y. F. S. **Educação do campo**. In: II Caderno Temáticos da Educação do Campo / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação da Educação do Campo – Curitiba: SEED – Pr., 2009.

ASFORA, M. **Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006. Conselho Estadual Anti Drogas do Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Cartilha Crack, é possível vencer. Enfrentar o crack. Compromisso de todos. Brasília: MJ, 2013.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros feita a partir de Wasted Lives (Modernity and Outcats), primeira edição inglesa publicada em 2004 por Polity Press, Cambridge, Inglaterra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história** – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de Serviço Social: v. 2).

BOURGOIS, P. I. In **Search of Respect: Selling Crack in El Barrio**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2003.

CRUZ NETO, O. ; MOREIRA, M. R. ; SUCENA, L. F. Mazzei. **Nem soldados nem inocentes: juventude e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FIGLIE, N. B. **Aconselhamento em Dependência Química**. 2010.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Pesquisa Nacional sobre Crack**. 2011.

_____, Fundação Oswaldo Cruz. **Pesquisa Nacional sobre Crack**. Setembro 2014.

LIMA, R. de C. C. **Políticas sociais públicas: implicações para a assistência na área de álcool e outras drogas**. Rio de Janeiro: 2º Encontro de Assistente Social das Forças Armadas/UFRJ, 2008. (Mimeo)

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: ed. Cortez, 2008.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009 . (Coleção Questões da Nossa Época;v. 78).

SETZER, S. A. L. **A educação pode contribuir na prevenção do consumo de drogas?** Revista Arte Médica Ampliada, Ano XIX, No. 3: pp. 4 – 11, 1999

RODRIGUES, T. **Tráfico, Guerra, Proibição**. In: **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008.

VINADÉ, T. F. **Redução de danos na atenção primária à saúde: construindo a potência do encontro**. IN: MINOZZO, F.; FRANÇA, S.P. (Org.). A detecção e o atendimento a pessoas usuárias de drogas na rede da Atenção Primária à Saúde: módulo 7. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, p. 63-73, 2009.